



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA –
PIBIC**

**RIQUEZA E ESCRAVIDÃO EM SERGIPE: MEADOS DO SÉCULO XIX
Levantamento e análise dos bens patrimoniais inventariados
em Sergipe Del Rei (1840-1850)**

Área do conhecimento: História
Subárea do conhecimento: História do Brasil
Especialidade do conhecimento: Sociedade e economia do Brasil Escravista

Relatório Final
Período da bolsa: de agosto de 2018 a julho de 2019

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/CNPq

Orientador: Carlos de Oliveira Malaquias
Autor: Ana Cláudia Pereira



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Sumário

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| OBJETIVOS | 4 |
| METODOLOGIA | 5 |
| RESULTADOS E DISCUSSÕES | 10 |
| TESTANDO A CONSISTÊNCIA DOS DADOS | 10 |
| A DINÂMICA DA ESTRUTURA ECONÔMICA | 14 |
| A DINÂMICA DAS OPORTUNIDADES ECONÔMICAS | 18 |
| À PROCURA DO CAPITAL | 24 |
| CONCLUSÕES | 29 |
| REFERÊNCIAS | 30 |
| PERSPECTIVAS | 33 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 33 |



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Introdução

A criação de gado e a policultura marcaram a vida socioeconômica de Sergipe desde a conquista portuguesa em 1590. Era das terras sergipanas que chegava a força motriz para os engenhos trapiches do Recôncavo Baiano e de Pernambuco, bem como itens alimentares que abasteciam a capital administrativa da colônia, principalmente a farinha de mandioca. (BARICKMAN, 2003, p. 90; DINIZ, 2013, p. 94). No entanto, em meados do século XVIII, o perfil socioeconômico da capitania começou a mudar sob impulso das reformas ilustradas do Marquês de Pombal e da expansão global da economia pós-Revolução Industrial. (LUNA; KLEIN, 2010, p. 77).

Passada a febre do ouro das Minas Gerais, o Brasil viveu uma nova fase na produção de açúcar que possibilitou não só o revivescimento do cultivo e moagem de cana nas áreas tradicionais, notadamente Bahia e Pernambuco, como também a expansão para novas áreas produtoras, entre as quais Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. Assim, os engenhos, mencionados desde o início da doação de sesmarias, começaram a pulular na capitania¹. De 25 unidades produtoras de açúcar em 1724, Sergipe passou a contar, em 1798, com 140 unidades, e, no decorrer do século XIX, viu a agroindústria açucareira se colocar como carro-chefe da economia, chegando a 769 o número de engenhos na região em fins da década de 1850 (DINIZ, 2013, p. 99).

Dessa inflexão econômica, no entanto, são desconhecidos alguns aspectos. Qual foi o impacto do avanço no cultivo de cana de açúcar sobre as já seculares atividades de policultura e criação de gado? Na medida em que eram itens essenciais a consolidação da presença portuguesa na América, vista sua relevância estratégica para a economia, a carência de seus produtos afligia as autoridades coloniais e relatos de época evidenciam a preocupação de que o avanço no cultivo de cana as prejudicasse (BARICKMAN, 2003, p. 142). Outra questão que se coloca é a da origem do capital necessário a onerosa montagem dos engenhos, que envolvia não só terras, mas também escravos e

¹ Para maiores informações a respeito das cartas de doações de sesmarias em Sergipe consultar o apêndice de FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

equipamentos. Seria ele originário do Recôncavo Baiano, onde as terras amplamente ocupadas não mais ofereciam alternativas de expansão, fazendo com que a fronteira agrícola se deslocasse acima do Rio Real, como conjecturou Thetis Nunes (1989)? Ou seriam fruto da economia local tendo, portanto, um caráter endógeno, como pondera Josué Modesto dos Passos Sobrinho (2000)?

Ainda que bastante verossímeis, tais sistemas explicativos carecem de estudos empíricos que os comprovem. O Projeto Riqueza e Escravidão em Sergipe: meados do século XIX propõe a pesquisa da economia sergipana no período citado para aclarar essas problemáticas. O recorte temporal justifica-se pela conjuntura de gênese e desenvolvimento da agroindústria açucareira na região e o espacial, abarcando todo o território da capitania e província, pela capacidade de mapear a relação entre as diferentes atividades produtivas. Ambas as questões sendo bem atendidas pelo levantamento e escrutínio das fontes sugeridas e consultadas: os inventários post-mortem. No âmbito deste trabalho, perscrutam-se as relações socioeconômicas de Sergipe de 1800 a 1859, subdividindo este período em décadas. Ele constitui-se na terceira etapa do projeto e foi desenvolvido entre agosto de 2018 e julho de 2019.

Objetivos

É objetivo geral do projeto traçar um panorama da composição e distribuição da riqueza em Sergipe durante o século XIX, como também avaliar as características da força de trabalho empregada nas atividades econômicas da região. Em ambos os casos, ligando o movimento socioeconômico local aos ritmos dos mercados mundiais, em expansão no final dos setecentos. Sendo assim, para tal, objetivou-se, no âmbito desta pesquisa: levantar nos inventários post-mortem do recorte estabelecido a composição dos patrimônios, discriminando valor e características dos bens de produção (engenhos, casas de farinha, terras de cultivo ou criação etc.), dos imóveis, das ferramentas, da produção agrícola e pecuária, das dívidas, dos dotes e da herança legada aos descendentes; produzir e alimentar um banco de dados com as informações obtidas; analisar a composição, evolução e distribuição da riqueza.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Metodologia

A metodologia desse trabalho consistiu no (1) exame e discussão de obras historiográficas, (2) leitura paleográfica e transcrição de processos de inventário *post-mortem*, (3) alimentação de um banco de dados com as informações coletadas, (4) processamento e tabulação em software estatístico, (5) análise dos resultados – per si e de forma comparada – e, finalmente, (6) síntese historiográfica.

Os inventários *post-mortem* são uma fonte rica de dados sobre a economia na América Portuguesa. Imperativo do estado colonial, na primeira metade do século XIX, recorria-se a processos de inventariação em cinco situações: quando o proprietário falecia fora de sua freguesia ou se ausentava por muitos anos sem dar informação, quando uma progênie não forçada tomava parte, quando não havia herdeiros presumidos ou quando eles eram menores. Por ser a última situação a mais frequente, essa documentação ficava sob autoridade do juizado de órfãos, instituição jurídica com origem em Portugal, que tinha por competência regulamentar a governança dos menores² e de seus respectivos bens.

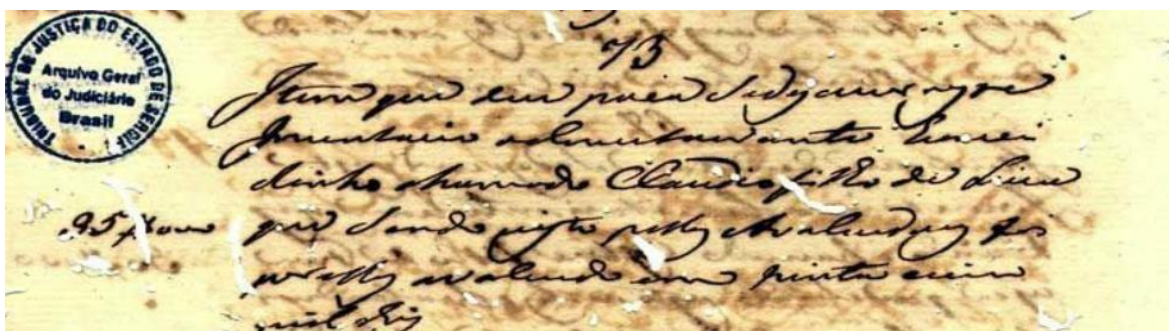


Figura 1: Trecho de inventário com avaliação de um escravo. No documento lê-se “Item que deu para se descrever neste inventário a inventariante hum crioulinho chamado Claudio filho de Lucia que sendo visto pellos avaliadores foi por elles avaliado em trinta e cindo mil reis”. Inventário de Bernarda Petronilha Santana (AGJSE, EST/2ºOF, cx. 482, 1800).

² As Ordenações Filipinas, código jurídico do Império Luso a partir de 1580, estabelecia como menor os indivíduos com idade inferior a 25 anos, mas em 1831 o Brasil definiu como limite do pátrio poder sobre os filhos os 21 anos de idade.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Em tais processos, havia uma descrição minuciosa dos itens que compunham as posses do falecido. Nos inventários encontramos uma listagem completa e com avaliação individual dos bens de produção (terras, ferramentas, engenhos, escravos, etc.), dos resultados da produção (roças, canaviais, rebanho, etc.), dos bens pessoais (joias, roupas, etc.), dos imóveis e de tudo mais que integrava o patrimônio do falecido. Algo que merece especial atenção, é que essa documentação arrolava ainda as dívidas que eram devidas ao proprietário (dívidas ativas) e as que ele devia (dívidas passivas), mencionava as relações de parentesco e situava os produtores geograficamente em suas casas e fazendas. Sendo assim, os inventários se constituem em uma rara janela para os estudos da economia e sociedade no século XIX, possibilitando o entendimento das relações financeiras entre diferentes agentes econômicos, da distribuição da riqueza ao longo do tempo e do espaço, entre outras questões.

As séries temporais montadas com tal fonte preenchem ainda uma lacuna deixada pelos recenseamentos e estatísticas censitárias já que de 1830 a 1872 a prática de recenseamento da população foi quase que abandonada no Brasil, existindo dados somente para poucas províncias, como São Paulo e Minas Gerais (MARCÍLIO, 2000, p. 40). Para Sergipe, há os Mapas Exatos da População, descobertos por Luiz Mott, que cobrem todas as freguesias com índios na primeira metade do XIX, discriminando cor, estado civil, status social e outras informações, mas que, infelizmente, não tem uma linearidade, ficando a cobertura bastante fragmentada³. Nem mesmo a tentativa federal de recenseamento geral da população do Império em 1850, logrou êxito, pois havia a ideia de que o decreto que o autorizava era, na verdade, uma tentativa de escravidão dos homens de cor⁴. Sendo assim, o banco de dados que o projeto está construindo se mostra importante não só para este estudo, mas também para o amparo futuro de outras pesquisas nas mais variadas áreas.

³ MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey** – População, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

⁴ Para uma análise dos problemas que dificultaram a realização do censo de 1850 consultar CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Vista a importância dos inventários, não é de se estranhar que a historiografia os tenha usado amplamente. Sendo assim, a primeira etapa desta pesquisa consistiu no exame e discussão entre os pesquisadores envolvidos de alguns trabalhos que usam o documento para, a partir deles, identificar os limites e possibilidades de tal fonte e, por consequência, das análises decorrentes. Zephyr L. Frank, por exemplo, ainda que considerando os inventários “uma fonte única e valiosa de dados sobre a riqueza no século XIX na América Latina”, apontou três problemas: o da consistência ao longo do tempo, já que as pessoas falecidas que deviam ser inventariadas podem mudar de acordo com as leis vigentes, os padrões demográficos ou fatores inexplicáveis tais como a perda da documentação; o da idade e seletividade que torna possível que a população inventariada seja mais rica e mais velha que aquela ainda viva; e o da cobertura, pois quase nunca é possível saber quantas pessoas entre as que vivem possuem bens, ou seja, quantos por cento do total da população os inventários cobrem, já que somente os proprietários o faziam (FRANK: 2012 p. 189). Tais questões, se não levadas em consideração, podem comprometer as análises e o uso adequado desse material deve estar submetido a sua coleta sistemática e ao uso apropriado de testes estatísticos de sensibilidade.

Em seguida, procedeu-se à leitura paleográfica dos documentos e a transcrição das informações com a produção de fichas individuais para cada processo, sendo as informações coletadas reunidas, posteriormente, em um banco de dados, e para efeitos desta pesquisa, agrupadas em dez categorias: (1) dinheiro, a moeda em espécie de posse do falecido; (2) produção, que comporta os gêneros agrícolas, extrativistas e artesanais existentes na propriedade quando da feitura do processo e, por vezes, os que foram comercializados; (3) equipamentos e benfeitorias empregados no beneficiamento da produção; (4) bens de raiz, os imóveis; (5) escravos; (6) rebanho, não apenas o gado vacum, mas também os cavaleiros, muars, ovinos, caprinos e bois de tiro ou de fábrica; (7) dívidas, subdivididas em ativas (a receber) e passivas (a pagar) e que engloba não só os empréstimos, mas serviços de crédito originados das mais variadas procedências, como a venda de mantimentos e prestação de serviços; (8) estoque, ou seja tudo aquilo identificado como mercadoria armazenada para venda; (9) sociedades, partes em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

agrupamento de investidores que combinam seus recursos para alcançar fins comuns e (10) bens móveis, onde foram alocadas as ferramentas e vestimentas, o mobiliário, as joias, metais preciosos e tudo que não se enquadrou nas demais categorias⁵ (Figura 2).

Fundo: PROE - 2º of - Inventário - ex. 2955
NOME: Manoel Barbosa dos Santos
Inventariante: Manoel de Melo
Local: Vila de Biquel, km do ES sul do Rio de São Francisco
Data da abertura: 07/05/1808
Falecimento: 16/11/1807
Relação: com o pai
Outras informações relevantes:
O inventário foi feito a pedido do curador das Pedras.

Herdeiros (nº, nome, idade, cônjuge):
1. Maria do Rosário - casada com Francisco Manoel da Anália.
2. José Joaquim - maior.
3. Antônio Manoel Barbosa - maior.
4. Antônio - 24 anos.
5. Pedro - 12 anos.
6. José Valentim de Melo - por cabeça de seu pai, com Maria da Conceição.
7. Margarida - 23 anos.
8. Ana - 22 anos.

Bens Móveis (apenas valores)
Joias e metais:
Ferramentas:
Rebanho (nº e valor)
nº 13 bovinos \$ 86.000
nº 3 muares \$ 63.000
Dinheiro (valor):
Ações (valor, descrição à parte):
Auto de Partilha: Data: 08/11/1808
Custas: 14 \$ 340
Monte partível: 448 \$ 360
Dívidas: 185 \$ 460
Descrever especificadamente:
Escravos (nº, nome, designativo, idade, condição, valor, parentesco e partilha)
Bens de Raiz (descrição e valor)
Dívidas Ativas (dívidas a receber) e Passivas (a pagar) (nº, nome, moradia, razão e valor)
Equipamentos e Benfeitorias (roda de fiar, tear, roda de mandioca, fornos etc. - descrição e valor)
Produção (artigos agrícolas produzidos ou plantados - área, unidade, tipo, valor)
Dotes (nome, descrição e valor)

Vestidário:
Outros:
Mobiliário: \$ 360
Estoque de Loja (valor, descrição à parte):
Sociedades (valor, descrição à parte):
Monte Mor: 534 \$ 360
Funeral (com conta?):
Meação: 131 \$ 450
Monte líquido: 262 \$ 900
Quinhão dos herdeiros: 16 \$ 431

Entradas:
1. Galão, ração arregalada, 60 anos - 90 \$ 000.
2. Maria, criada, 40 anos, 50 \$ 000.
3. Luiza, criada, 100 \$ 000.
Ração:
1. 1 moçada de cana de selha e latinha, com mo curral das pedras em Teresopolis - 20 \$ 000.
Dívidas ativas:
1. José Joaquim (herdeiro) - de uma de vara - 48 \$ 000.
2. Antônio (herdeiro) - de uma de vara - 18 \$ 400.
3. Margarida - 96 \$ 000 - de uma de vara.
Dívidas passivas:
1. Felipe Rolim - de conta de dinheiro - 14 \$ 460.
2. Capitão Manoel da Costa Nunes, meadeiro na Vila de Biquel - por 100 \$ 780.
3. José Francisco Dias, da Vila de Biquel, que cometeu de dinheiro, 7 \$ 500.
4. Francisco Manoel da Costa, da Vila de Biquel, por conta de dinheiro, 7 \$ 740.
5. Capitão André da Costa Nunes, por conta de dinheiro, 20 \$ 480.
6. Antônio José, da Vila de Biquel, de despesas e dinheiro de empresta, mo - 6 \$ 000.
7. Capitão Manoel Gomes Ribeiro, da Vila de Biquel, de despesas - 12 \$ 740.
Mão-dita: - 56 \$ 360 -
Obs: O qdo ditava-se no Sítio do Curral das Pedras.

Figura 2: Ficha de inventário post-mortem.

Até o momento foram consultados 1473 documentos, distribuídos em 132 caixas de 12 fundos arquivísticos salvaguardados por duas instituições, o Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Tal montante cobre o período de 1800 a 1859 e 16 diferentes localidades sergipanas: Aracaju, Divina Pastora, Estância, Itabaiana, Itaporanga, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Propriá, Rosário do Catete, Santa Luzia, Santo Amaro, São Cristóvão e Vila Nova. Desses, cerca de 40% se encontram num estado de degradação avançado – seja devido à ação de traças, má conservação nas suas instituições de origem etc. – e/ou incompletos (Figura 3). Aqui, mais uma vez, o projeto afirma seu compromisso com a pesquisa histórica, pois a transcrição, montagem e futura disponibilização do banco de dados contribuem para a salvaguarda dessa

⁵ Entraram aqui, por exemplo, materiais de construção, selas e cangalhas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

documentação, na medida em que, a depender dos interesses do pesquisador, o documento original não precisará ser consultado.



Figura 3: Estado da documentação.

Os procedimentos de coleta e análise das informações dos inventários seguiram os postulados da chamada História Quantitativa ou Serial, caracterizada pela cobertura de uma determinada série temporal – aqui os primeiros 59 anos do século XIX – e o uso de técnicas estatísticas para tratar e tabular os dados, nesse caso o programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. O produto final teve como aspecto central tabelas e gráficos que foram comparados aos de outras pesquisas para variadas regiões da América Portuguesa, como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e, por fim, sintetizados nesse relatório. Tal metodologia possibilitou uma visão global do universo pesquisado, pois a mensuração da riqueza e sua distribuição entre os inventariados, a composição dos patrimônios, o número, tipo e valor dos bens transacionados, todos os aspectos medulares do trabalho foram satisfatoriamente conhecidos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Resultados e Discussões

Testando a consistência dos dados

Do total de inventários coligidos, muitos não atenderam aos padrões necessários adotados nesta pesquisa: foram abertos em momentos diferentes de nosso recorte temporal (1800-1859) ou não tiveram seu monte-mor (soma total dos bens) identificados, seja pelo estado documental ou por sua incompletude. A **Tabela 1** apresenta a quantidade de inventários disponível para cada período.

Tabela 1: número de inventários por década.

| <i>Década</i> | <i>Nº de inventários</i> |
|---------------|--------------------------|
| <i>1800</i> | <i>88</i> |
| <i>1810</i> | <i>176</i> |
| <i>1820</i> | <i>213</i> |
| <i>1830</i> | <i>317</i> |
| <i>1840</i> | <i>288</i> |
| <i>1850</i> | <i>291</i> |
| <i>Total</i> | <i>1373</i> |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Como é possível perceber, o número cresce ao longo do intervalo: dobra de 1800 a 1810, tem um aumento de quase 50% de 1820 a 1830 e depois estabiliza-se em torno de 300. Em uma situação ideal nas décadas de 1840 e 1850 o contingente continuaria crescendo. No entanto, durante boa parte de execução do projeto em 2018, o Arquivo Público de Sergipe esteve fechado, o que impossibilitou a coleta de informações dos documentos sob sua salvaguarda. Além disso, como já exposto, a lei brasileira requeria inventários somente em determinadas situações e, ainda que por todo século XIX os processos tenham quase a mesma estrutura, algumas mudanças foram feitas na legislação. Em 1809, por exemplo, foi lançado um alvará que estabelecia em todo o país um imposto sobre heranças e legados que não provinham de parentes ascendentes ou descendentes e em 1831 a menoridade caiu de 25 para 21 anos. Tais questões, por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

mudarem o perfil dos inventariados, poderiam ter enviesado as análises, já que aqui os inventários são usados como índice da conjuntura econômica. Por isso, fez-se necessário o uso de testes estatísticos para conferir a homogeneidade da amostra.

A **Tabela 2** apresenta a divisão dos inventariados segundo o gênero por década e em todas a alternância é bastante próxima: os homens são a maioria dos inventariados com proporções girando em torno dos 50%.

Tabela 2: Divisão dos inventários por gênero.

| <i>Década</i> | <i>Casal</i> | | <i>Feminino</i> | | <i>Masculino</i> | | <i>Não identificado</i> | | <i>Total</i> | |
|---------------|--------------|------|-----------------|-------|------------------|-------|-------------------------|------|--------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| <i>1800</i> | 0 | 0 | 35 | 39,77 | 51 | 57,95 | 2 | 2,27 | 88 | 100 |
| <i>1810</i> | 2 | 1,14 | 78 | 44,32 | 93 | 52,84 | 3 | 1,70 | 176 | 100 |
| <i>1820</i> | 3 | 1,41 | 88 | 41,31 | 119 | 55,87 | 3 | 1,41 | 213 | 100 |
| <i>1830</i> | 3 | 0,95 | 134 | 42,27 | 169 | 53,31 | 11 | 3,47 | 317 | 100 |
| <i>1840</i> | 6 | 2,08 | 124 | 43,06 | 151 | 52,43 | 7 | 2,43 | 288 | 100 |
| <i>1850</i> | 17 | 5,84 | 119 | 40,89 | 152 | 52,23 | 3 | 1,03 | 291 | 100 |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Algo curioso é a presença da categoria casal. O processo de inventariação e a subsequente partilha de bens representava um momento de inflexão no grupo familiar. Unidades produtoras como sítios, fazendas e engenhos deviam ser divididos e podiam assim perder capacidade produtiva. Por esse motivo, era comum driblar a legislação e proceder ao inventário somente quando da morte do segundo cônjuge (PEDROZA, 2011, p. 100-101). Assim, tornou-se necessário verificar o estado conjugal de nossos inventariados, pois as fortunas dos casados representam a totalidade dos bens familiares enquanto a dos viúvos, apenas metade. A **Tabela 3** apresenta a divisão dos inventariados segundo o estado conjugal.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Tabela 3: Estado conjugal dos inventariados.

| <i>Década</i> | <i>Casados</i> | | <i>Viúvos</i> | | <i>Solteiros</i> | | <i>Não identificado</i> | | <i>Total</i> | |
|---------------|----------------|-------|---------------|------|------------------|------|-------------------------|-------|--------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 1800 | 63 | 71,59 | 2 | 2,27 | 1 | 1,14 | 22 | 25,00 | 88 | 100 |
| 1810 | 117 | 66,48 | 7 | 3,98 | 5 | 2,84 | 47 | 26,70 | 176 | 100 |
| 1820 | 146 | 68,54 | 11 | 5,16 | 8 | 3,76 | 48 | 22,54 | 213 | 100 |
| 1830 | 205 | 64,67 | 22 | 6,94 | 6 | 1,89 | 84 | 26,50 | 317 | 100 |
| 1840 | 190 | 65,97 | 10 | 3,47 | 9 | 3,13 | 79 | 27,43 | 288 | 100 |
| 1850 | 191 | 65,64 | 4 | 1,37 | 6 | 2,06 | 90 | 30,93 | 291 | 100 |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

O número de solteiros, grupo em que estão incluídos os clérigos, apesar de variar ao longo do período, é, proporcionalmente o menor índice até 1850. Os viúvos também apresentam baixos índices, não chegando a 7% no período de maior representação. A maioria dos inventariados é mesmo casada, repetindo a tendência encontrada pela historiografia nacional. (ARAÚJO, 2006. p. 64; FRANK, 2012, p. 192; MALAQUIAS, 2014, p. 143). Por último, mensuramos a representação das pequenas fortunas, pois com o tempo, há uma tendência a inventariação dos mais pobres. Usamos para isso a padronização indicada por Zeph L. Frank, tanto para o trato da inflação, por isso os valores nominais dos documentos (mil-réis) foram convertidos em libras esterlinas, tanto no que diz respeito a escala de análise, já que, de modo geral, as fortunas menores que 100 libras costumam ser consideradas as mais pobres (2012, p. 200) A **Tabela 4** apresenta os dados.

O índice de pequenas fortunas se mostra mais ou menos estável em Sergipe até a década de 1840, com valores variando não mais do que cinco pontos percentuais. Em meados do século XIX, no entanto, há uma considerável diminuição no número de pequenas fortunas e um aumento gradual no número de fortunas médias e grandes. Tal fato pode ser explicado pelo também aumento da riqueza média dos sergipanos, já que em duas décadas o monte-mor médio inventariado quase que dobrou, passando de 445,57 £ em 1830 para 849,89 £ em 1850, como mostra a **Tabela 5**. Em São Paulo,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

região que passava pelo mesmo processo de inversão econômica que Sergipe, o monte-mor médio também aumentou cerca de 40% do primeiro para o segundo quartel do século XIX (ARAÚJO, 2006, p. 95).

Tabela 04: Pequenas e Grandes fortunas por década.

| <i>Fortunas/Década</i> | <i>1800</i> | <i>1810</i> | <i>1820</i> | <i>1830</i> | <i>1840</i> | <i>1850</i> |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Até 100</i> | 32,1% | 33,2% | 30,9% | 32,8% | 28,4% | 24,1% |
| <i>100-200</i> | 25,6% | 27,5% | 25,8% | 23,1% | 19,3% | 16,5% |
| <i>200-300</i> | 10,2% | 9,8% | 14,1% | 11,4% | 10,9% | 14% |
| <i>300-400</i> | 10,2% | 9,1% | 8,1% | 9% | 8,4% | 9,2% |
| <i>400-500</i> | 1,3% | 2,6% | 4% | 4,8% | 8,7% | 5,5% |
| <i>500-1000</i> | 11,7% | 9,5% | 7% | 10,3% | 14,1% | 14,9% |
| <i>1000-2000</i> | 8,9% | 8,3% | 10,1% | 8,6% | 10,2% | 15,8% |
| <i>Total</i> | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 5: monte-mor dos inventariados.

| <i>Década</i> | <i>Monte mor médio</i> |
|---------------|------------------------|
| <i>1800</i> | <i>454,67</i> |
| <i>1810</i> | <i>596,38</i> |
| <i>1820</i> | <i>414,67</i> |
| <i>1830</i> | <i>445,57</i> |
| <i>1840</i> | <i>504,99</i> |
| <i>1850</i> | <i>849,89</i> |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Porém, quando comparamos o monte mor médio ao de outras regiões da América Portuguesa, percebe-se o quão eram modestas. Na Comarca de Rio das Mortes, Minas Gerais, entre 1830-1844, o monte mor médio era de £ 1128 (MALAQUIAS, 2014, p. 145); no Rio de Janeiro, entre 1815-1825, de £ 15323 (FRANK, 2012, p. 50); e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

no Rio Grande do Sul para ser considerado rico era necessário ter mais de 2000 libras (OSÓRIO, 2007, p. 269). Tais regiões têm em comum o fato de possuírem economias bastante complexas no início do século XIX: Salvador e Rio de Janeiro eram cidades portuárias e mercantis, responsáveis pela entrada e saída de mercadorias nas colônias; Minas Gerais, com a vinda da Família Real para o Brasil e depois da euforia do ouro, adentrou no comércio interno e era responsável pelo abastecimento de boa parte da região sul do Brasil; e o Rio Grande do Sul, era o grande curral do país com suas estâncias e charqueadas. Em Sergipe, diferentemente, a pecuária auxiliar dos engenhos e vilas baianas não oferecia grandes oportunidades de capitalização.

Ainda assim, é possível dizer que o nível de riqueza em Sergipe estava aumentando e que nossa amostra de inventários segue a tendência da economia da região. Ela mostrou-se estável ainda quanto as questões de gênero e estado civil, sendo, portanto, confiável.

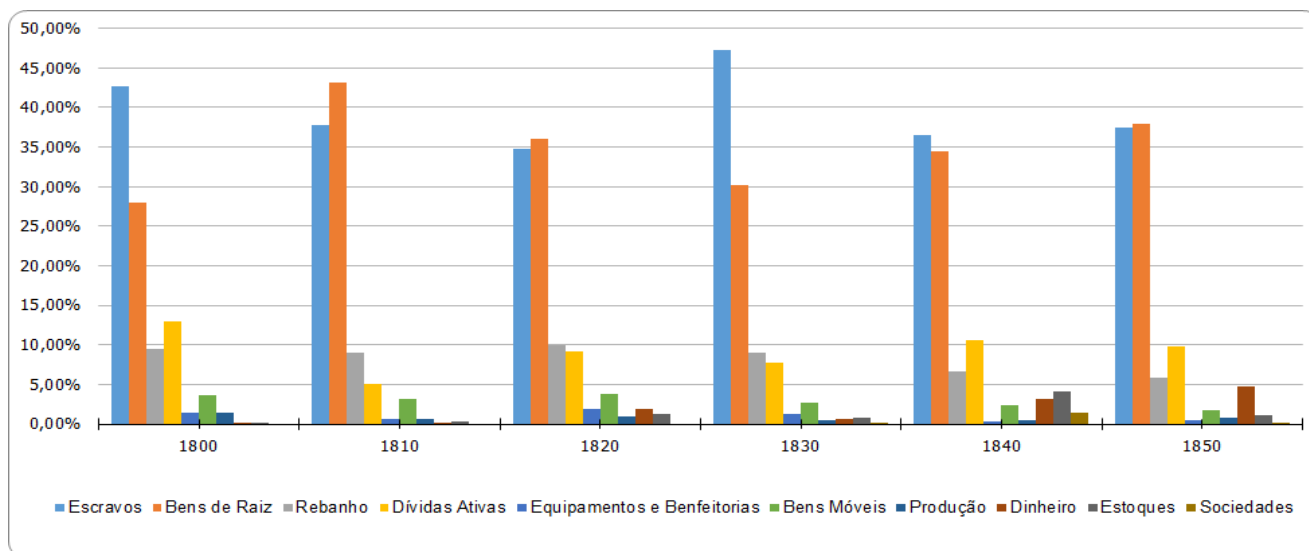
A dinâmica da estrutura econômica

O **Gráfico 1** apresenta a composição da riqueza dos inventários que compõem a nossa amostra segundo as 10 categorias estabelecidas. É possível perceber que a composição pouco mudou ao longo das décadas, já que em todo o período as categorias mais significativas são escravos, bens de raiz, rebanho e dívidas. No entanto, a mudança na ordem de importância dentro da riqueza indica importantes mudanças na estrutura econômica de Sergipe.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Gráfico 1: composição da riqueza inventariada por década (1800-1859).



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Os escravos são a maior parte do patrimônio inventariado no início do oitocentos e nas décadas de 1830-1840. De modo geral, quanto mais rural e interiorana a sociedade, mais importante se torna a escravidão. Em Minas Gerais, por exemplo, no início do século, eles eram 31,95% na policultora comarca de Rio das Mortes e 27,38% na aurífera comarca de Vila Rica (ALMEIDA, 2010, p. 129). No Rio de Janeiro, cidade mercantil e portuária, onde eles eram quase metade da população, representavam somente 14% das fortunas (FRANK, 2012, p. 49). Em Sergipe, os escravos só são suplantados em importância pelos bens de raiz, o que acontece nas décadas de 1810-1820 e 1850, e tal superioridade reflete a maior dinamização da economia sergipana.

Com a montagem de engenhos e toda a estrutura que lhe é necessária, a terra e os bens móveis de modo geral tendem a se valorizar. Em parte pelas melhorias feitas nas propriedades, como a própria instalação das máquinas, mas também pelo afluxo populacional que uma empreitada de tal feita acarretava. Segundo Stuart Schwartz, desde o início, a cultura da cana de açúcar no Brasil se distinguiu das suas congêneres no Novo Mundo por ter a maior parte da matéria-prima e da força de trabalho escrava controlada não pelos engenhos, mas pelos lavradores agregados a eles (1988, p. 247). O engenho da Ribeira, localizado no termo de São Cristóvão, por exemplo, era de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

propriedade do tenente-coronel Matias Gonçalves Pereira⁶, no entanto, outros quatro indivíduos, todos não integrantes da família nuclear do proprietário, declaram residência e bens no local⁷.

A importância dos bens de propriedade diminui na década de 1830, possivelmente, como um reflexo da primeira lei de proibição do tráfico em 1831, que, eleva o preço médio do escravo adulto em Sergipe em 50%, passando de £ 31,862 na década de 1820 para £ 45,202 na década de 1830 (PEREIRA; MALAQUIAS, 2018, p. 12). No entanto, na década seguinte, os bens de raiz voltaram a crescer em importância e em 1850, quando o preço da mão de obra escrava também se elevou devido à Lei Eusébio de Queirós, alcançou índices praticamente iguais aos dos cativos. Ou seja, apesar das flutuações, há uma tendência na valorização dos bens de raiz e alguns documentos a ilustram.

No ano de 1837, por exemplo, abriu-se no termo de Santo Amaro das Brotas o inventário de José Lourenço de Melo, legando aos seus herdeiros um montante de 1:000\$000. Entre os bens que compunham sua fortuna, estava o sítio de terras Vassouras, com casas de morar e 272 pés de coqueiro, num primeiro momento sem valor. A propriedade era de posse conjunta entre os irmãos do falecido – pro indivisa – e para saber qual o preço do quinhão que lhe coube por herança de seus pais, foi preciso fazer uma nova avaliação e agregar os valores⁸. Também no caso do Engenho Maria Telles, legado em 1851 aos herdeiros de Clara Maria de Lima, foi necessário tal agregação antes da divisão. A propriedade havia octuplicado seu valor, passando de 5:000\$000 para 40:000\$000⁹.

Outro fato que ratifica a maior dinamização da economia é o crescimento da importância dos ativos financeiros. É nas décadas de 1840-1850 que temos os maiores índices de dinheiro e sociedades, conjugados a também bons índices de crédito. A

⁶ Inventário de Matias Gonçalves Pereira (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817).

⁷ Inventário de Firmiano Pinto de Rezendes (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817). Inventário de José Dias Pereira (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1814). Inventário de Matias Pinto dos Santos (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817). Inventário de Maria Francisca dos Anjos (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 17, 1815).

⁸ Inventário de José Lourenço de Melo (AGJSE, MAR/2º Ofício, cx. 935, 1837).

⁹ Inventário de Clara Maria de Lima (AGJSE, MAR/1º Ofício, cx. 814, 1851).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

moeda em espécie era pouco comum no Brasil do século XVIII e XIX e, em alternativa, usava-se a prestação de serviços à prazo e o crédito. No entanto, em meados do oitocentos, Sergipe experienciou um aumento significativo em sua liquidez: de £ 307,68 libras encontradas nos inventários de 1800 e 1810, havia circulando na província em 1840 e 1850, 45 vezes mais dinheiro, o que somava £ 14055,15. Já as associações com fins econômicos, só são encontradas nessa época, quase sempre em embarcações e lojas comerciais. José da Cruz Pereira, por exemplo, faleceu em 1829, provavelmente, do naufrágio que declarava sua mulher ter sofrido a embarcação possuída em sociedade com Joaquim José Paiva¹⁰. No caso, das dívidas ativas, apesar de diminuírem em percentual, aumentam em números absolutos, passando de £ 4827,99 na década de 1800 para £ 20055,44 na década de 1850, e ganham importância dentro da riqueza total, pois se tornam a terceira categoria mais significativa nas décadas de 1840-1850, suplantando a pecuária que passa a quarta posição.

Embora os demais itens tenham pouca representatividade, é interessante notar que os bens móveis e os equipamentos vão diminuindo ao longo das décadas. No início do século as dificuldades pré-industrialização fazem-se mais presentes, o que ocasionava a inventariação de ceroulas, penicos, meias de algodão, entre outros itens que, dada a raridade, podiam ser legados como herança. Em meados do século, com a maior facilidade em adquiri-los, isso pouco acontece. As cifras de estoque, categoria que engloba as lojas, ratificam a assertiva: no ano em que elas são mais expressivas, equivalem somente a 5% da riqueza.

Sendo assim, em Sergipe, temos no início do século XIX uma sociedade agropecuarista pouco conectada aos circuitos mercantis, que no decorrer das décadas de 1840-1850 vai abandonando a criação de gado e participando mais ativamente do mercado com sua produção agrícola. Mas por que então as cifras de produção são tão baixas na província? Infelizmente, os inventários não são a melhor fonte para quantificar tais bens. Primeiro, só era arrolada no processo os itens existentes na propriedade quando da realização do inventário. Segundo, esses produtos estavam

¹⁰ Inventário de José da Cruz Pereira (AGJSE, AJU/2º Ofício, cx. 2309, 1830).



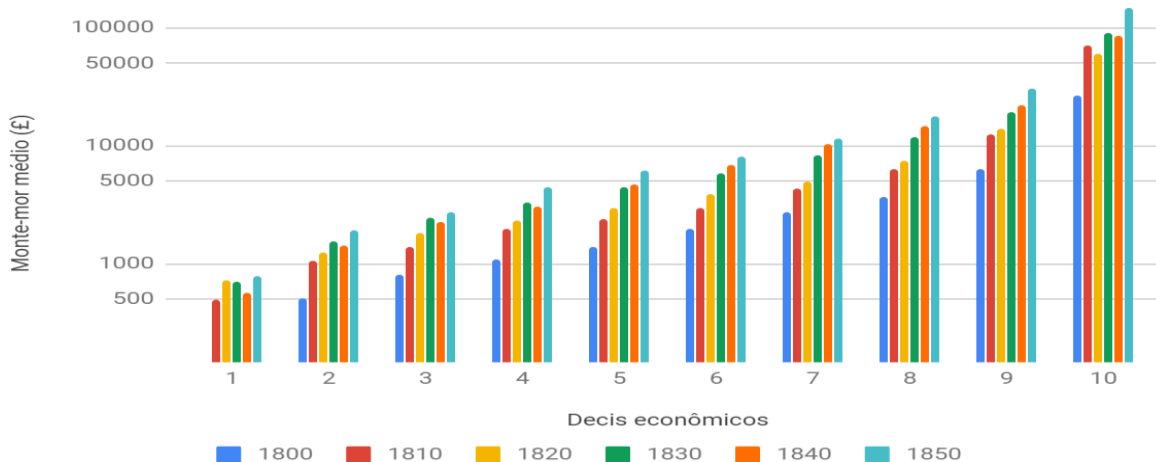
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

sujeitos a uma grande sazonalidade, tendo cada plantio sua época de semeadura e colheita. Ainda assim, a diminuição relativa não é acompanhada de uma diminuição nos números brutos. Nos 59 anos em tela, a produção na verdade triplica passando de £ 523,34 na década de 1800 para £ 1518,77 na década de 1850.

A dinâmica das oportunidades econômicas

Dividindo o conjunto de nossos proprietários em grupos de 10%, montamos o **Gráfico 2** que mostra o monte-mor médio de cada decil em libras por década. A primeira constatação é a intensa desigualdade: enquanto o decil mais pobre ganha algo em torno de 500 libras o escol econômico ganha 50 vezes mais.

Gráfico 2: decis econômicos e faixas de fortuna.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

No entanto, deve-se ter claro que os inventários não traduzem como um espelho a desigualdade social de uma época. Primeiro, só podiam legar inventários aqueles que possuíam bens e, embora seja possível quantificar, boa parte da população possuía uma riqueza próxima de zero ou nada possuía. Estima-se que esse grupo correspondia a 50% da população, estando nele incluídos os escravos, pois não tinham direito a propriedade (FRANK, 2012, p. 201). Sendo assim, como é consenso entre a literatura especializada, as cifras reais de desigualdade costumam ser maiores do que as apresentadas pelos

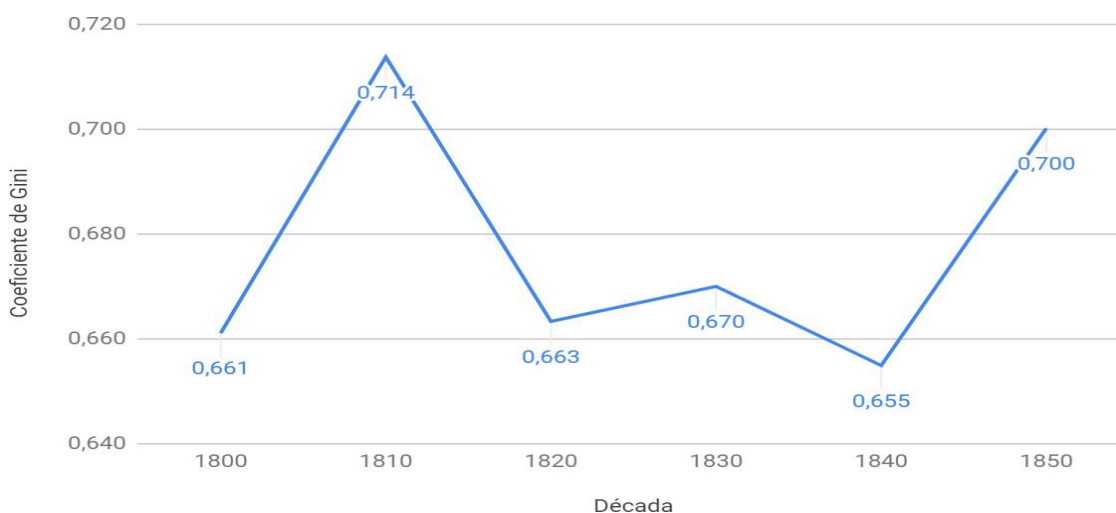


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

inventários. No entanto, as mudanças ao longo do tempo costumam seguir a dinâmica social total (MALAQUIAS, 2016, p. 129).

Sabendo disso, calculamos para as diferentes décadas o Índice de Gini, usado para medir o grau de concentração de renda e/ou riqueza, em que 0 representa a perfeita igualdade, ou seja, todos com a mesma quantidade, e 1 a perfeita desigualdade, uma pessoa possuindo toda a riqueza. Segundo Zephyr Frank “uma forma razoável para se interpretar este índice sugeriria que valores abaixo de 0,5 representam baixa desigualdade, entre 0,5 e 0,7 representam desigualdade moderada e acima de 0,7 representam alta desigualdade” (2012, p. 53). O **Gráfico 3** apresenta os dados.

Gráfico 3: Coeficiente de Gini por década.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se que a desigualdade em Sergipe nunca foi baixa e que seu pico se deu na década de 1810. Vale lembrar que, caso fosse possível acrescentar à amostra aqueles que possuíam riqueza zero ou próxima de 0, os números seriam muito maiores. Não obstante, no período subsequente à Independência e no início do século, a região experienciou seus mais amenos índices. O que possibilitou essa melhor distribuição da riqueza? A maior dinamicidade da economia açucareira teria premiado uma diversidade de proprietários possibilitando a ascensão dos grupos de menor riqueza? Ou estariam os mais ricos dividindo seu patrimônio entre mais herdeiros – ao menos? Na tentativa de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

compreender tais questões montamos a **Tabela 7** que mostra a porcentagem controlada pelos mais pobres, pelas camadas médias e pelos mais ricos de nossa amostra. Para a montagem das categorias de riqueza utilizamos o **Gráfico 2**, com os decis e montes-mor. Os mais pobres seriam os decis que na maioria das décadas não obtiveram riqueza média maior que £ 5000 libras (decis 1, 2, 3, 4 e 5 que equivalem a 50% da amostra); os mais ricos os que possuíam riqueza maior que £ 5000 em quase todos os recortes (decil 10, que equivale a 10% da amostra); e as camadas médias, os demais.

Logicamente, nas duas décadas em que o Índice de Gini chegou a 0,7, os 10% mais ricos estavam controlando maiores porcentagens de riqueza. No entanto, a divisão por categorias não parece oferecer uma explicação lógica, exceto por um fato: nessas mesmas décadas a divisão por grupos econômicos dos escravos é praticamente igual. Os 10% mais ricos controlando 57% dos escravos, os remediados, 32/33% e os 50% mais pobres, em torno da décima da parte. Ou seja, quanto melhor distribuídos os escravos, melhor distribuída a riqueza.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Tabela 7: porcentagem da riqueza controlada pelos grupos econômicos.

| Década | | Riqueza Total | Bens de Raiz | Escravos | Rebanho | Equipamentos | Bens Móveis | Estoque | Dinheiro | Sociedades | Dívidas Ativas |
|--------|-----------------|---------------|--------------|----------|---------|--------------|-------------|---------|----------|------------|----------------|
| 1800 | 50% mais pobres | 8,65% | 3,00% | 12,98% | 13,10% | 7,41% | 15,34% | 0,00% | 12,98% | 0,00% | 3,22% |
| | Camadas médias | 32,35% | 17,88% | 38,98% | 39,76% | 18,73% | 42,47% | 25,75% | 77,44% | 0,00% | 34,66% |
| | 10% mais ricos | 59,00% | 79,12% | 48,04% | 47,14% | 73,86% | 42,19% | 74,25% | 9,59% | 0,00% | 62,13% |
| 1810 | 50% mais pobres | 7,05% | 2,69% | 10,04% | 8,03% | 13,57% | 13,69% | 7,02% | 5,79% | 0,00% | 14,58% |
| | Camadas médias | 25,08% | 15,97% | 32,35% | 27,71% | 28,56% | 35,45% | 71,20% | 8,96% | 0,00% | 32,97% |
| | 10% mais ricos | 67,87% | 81,34% | 57,61% | 64,26% | 57,87% | 50,86% | 21,77% | 85,25% | 0,00% | 52,45% |
| 1820 | 50% mais pobres | 9,18% | 4,98% | 13,48% | 9,69% | 4,88% | 15,58% | 10,59% | 8,37% | 0,00% | 5,71% |
| | Camadas médias | 30,45% | 17,78% | 39,15% | 34,57% | 20,17% | 52,46% | 48,55% | 19,35% | 0,00% | 29,17% |
| | 10% mais ricos | 60,37% | 77,23% | 47,37% | 55,74% | 74,95% | 31,96% | 40,86% | 72,28% | 0,00% | 65,13% |
| 1830 | 50% mais pobres | 8,43% | 5,24% | 10,89% | 9,43% | 6,30% | 15,81% | 9,69% | 12,85% | 0,00% | 3,95% |
| | Camadas médias | 30,84% | 18,46% | 38,35% | 34,26% | 20,27% | 44,11% | 51,18% | 60,46% | 100,00% | 29,97% |
| | 10% mais ricos | 60,73% | 76,31% | 50,76% | 56,31% | 73,43% | 40,08% | 39,13% | 26,70% | 0,00% | 66,08% |
| 1840 | 50% mais pobres | 8,00% | 4,57% | 11,61% | 14,52% | 12,24% | 17,59% | 1,04% | 4,87% | 0,00% | 3,89% |
| | Camadas médias | 35,78% | 24,33% | 48,87% | 49,35% | 51,10% | 48,72% | 12,51% | 13,47% | 6,42% | 30,64% |
| | 10% mais ricos | 56,22% | 71,10% | 39,52% | 36,13% | 36,65% | 33,68% | 86,44% | 81,66% | 93,58% | 65,47% |
| 1850 | 50% mais pobres | 6,92% | 4,41% | 9,26% | 11,22% | 10,48% | 14,75% | 5,64% | 3,79% | 0,00% | 5,21% |
| | Camadas médias | 29,23% | 23,47% | 33,02% | 42,40% | 71,43% | 33,73% | 57,76% | 10,36% | 100,00% | 32,20% |
| | 10% mais ricos | 63,85% | 72,12% | 57,73% | 46,38% | 18,09% | 51,52% | 36,59% | 85,85% | 0,00% | 62,58% |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Tabela 8: composição da riqueza dos grupos econômicos.

| Década | | Bens de Raiz | Escravos | Rebanho | Equipamentos | Bens Móveis | Estoque | Dinheiro | Sociedades | Dívidas Ativas |
|--------|-----------------|--------------|----------|---------|--------------|-------------|---------|----------|------------|----------------|
| 1800 | 50% mais pobres | 11,11% | 59,53% | 15,31% | 1,19% | 7,17% | 0,00% | 0,19% | 0,00% | 4,21% |
| | Camadas médias | 17,67% | 47,80% | 12,41% | 0,80% | 5,31% | 0,11% | 0,31% | 0,00% | 12,13% |
| | 10% mais ricos | 42,87% | 32,30% | 8,07% | 1,74% | 2,89% | 0,17% | 0,02% | 0,00% | 11,92% |
| 1810 | 50% mais pobres | 16,47% | 53,60% | 10,24% | 1,36% | 6,33% | 0,28% | 0,20% | 0,00% | 10,46% |
| | Camadas médias | 27,45% | 48,54% | 9,93% | 0,80% | 4,61% | 0,80% | 0,09% | 0,00% | 6,65% |
| | 10% mais ricos | 51,66% | 31,94% | 8,51% | 0,60% | 2,44% | 0,09% | 0,30% | 0,00% | 3,91% |
| 1820 | 50% mais pobres | 19,17% | 53,93% | 10,55% | 0,98% | 6,09% | 1,50% | 1,58% | 0,00% | 5,35% |
| | Camadas médias | 20,62% | 47,22% | 11,34% | 1,22% | 6,18% | 2,07% | 1,10% | 0,00% | 8,24% |
| | 10% mais ricos | 45,15% | 28,81% | 9,22% | 2,29% | 1,90% | 0,88% | 2,07% | 0,00% | 9,28% |
| 1830 | 50% mais pobres | 21,02% | 57,59% | 9,56% | 0,82% | 4,56% | 0,95% | 0,68% | 0,00% | 3,64% |
| | Camadas médias | 20,25% | 55,46% | 9,50% | 0,72% | 3,47% | 1,37% | 0,88% | 0,04% | 7,55% |
| | 10% mais ricos | 42,52% | 37,26% | 7,93% | 1,32% | 1,60% | 0,53% | 0,20% | 0,00% | 8,45% |
| 1840 | 50% mais pobres | 19,69% | 54,06% | 12,37% | 0,57% | 5,33% | 0,50% | 1,81% | 0,00% | 4,92% |
| | Camadas médias | 23,45% | 50,87% | 9,40% | 0,54% | 3,30% | 1,35% | 1,12% | 0,22% | 8,68% |
| | 10% mais ricos | 43,60% | 26,18% | 4,38% | 0,24% | 1,45% | 5,92% | 4,31% | 2,04% | 11,79% |
| 1850 | 50% mais pobres | 25,53% | 49,75% | 9,18% | 0,68% | 3,63% | 0,87% | 2,27% | 0,00% | 6,75% |
| | Camadas médias | 32,17% | 41,98% | 8,21% | 1,09% | 1,97% | 2,12% | 1,47% | 0,20% | 9,87% |
| | 10% mais ricos | 45,24% | 33,60% | 4,11% | 0,13% | 1,37% | 0,61% | 5,58% | 0,00% | 8,78% |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

O escravo era o item de riqueza mais barato, acessível e rentável no Brasil da primeira metade do século XIX. A taxa de retorno de um mancipio adulto poderia chegar a 20% de seu preço inicial por ano, alcançando a transferência de riqueza ao longo de sua vida algo em torno de 200% (FRANK, 2012, p. 118) e alguns estudos têm salientado a importância dessa categoria de bem para os grupos médios e pobres. Segundo Carla Almeida, em Minas Gerais, aproximadamente 40% da riqueza nas fortunas menores que 500 libras era formada por escravos o que também acontecia no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2010, p. 150; OSÓRIO, 1999, p. 240). No Rio de Janeiro, os 50% mais pobres dos inventariados dispendiam quase metade ou mais de seus investimentos nesse ativo (FRANK, 2012, p. 52).

Em Sergipe, durante todo o século XIX, os 50% mais pobres e as camadas médias também tinham cerca de metade do seu patrimônio em escravos, enquanto os 10% mais ricos, somente 30% (**Tabela 8**). O rebanho também era algo em que os 50% mais pobres investiam mais do que os ricos e com a maior dinamização econômica de meados do século, os grandes proprietários de riqueza inverteram seu capital em outros ativos econômicos, pois diminuíram as cifras de tal categoria em 50% e passaram a investir mais em dinheiro e fornecimento de crédito (dívidas ativas). Os 50% mais pobres, possivelmente, sem o capital e inserção socioeconômica necessária a tais empreendimentos, continuaram a investir na policultura e em gado, uma empresa de poucos cuidados, de retorno mais rápido e mais fácil de adentrar. Não raro, encontramos entre os inventariados a posse de $\frac{1}{4}$ dos bezerros por terceiros. Dos 39 animais cavalares possuídos pelo bem sucedido senhor de engenhos Dionísio Rodrigues Dantas, com riqueza avaliada em mais de 50 contos de réis, 26 estavam sujeitos a “metade de uma cabeça ao vaqueiro”¹¹. Mesmo entre o rebanho de José de Souza Batista, um pequeno proprietário com riqueza avaliada em pouco mais de 750\$000, a quarta parte da produção era dada em pagamento ao vaqueiro¹².

A atividade comercial em Sergipe também parece não ter sido uma via de investimento dos mais ricos, pois em quatro das seis décadas aqui estudadas foram as

¹¹ Inventário de Dionísio Rodrigues Dantas (AGJSE, AJU/2º Ofício, cx. 2311, 1836).

¹² Inventário de José de Souza Batista (AGJSE, RDA/2º Ofício, cx. 4880, 1849)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

camadas médias que controlaram a maior parte do Estoque (**Tabela 7**). No entanto, tal atividade não parece ter oferecido aos proprietários um grau de seguridade que os permitissem abrir mão de outras e reverter o capital disponível somente nas atividades mercantis, pois como mostra a **Tabela 8**, nenhum grupo econômico tinha parte significativa da riqueza investida nela. A maioria de nossos proprietários de lojas também eram senhores de terras ou escravos. Domingos José Lopes foi o único que não declarou nenhum outro tipo de atividade econômica no inventário e, talvez por isso, faleceu em 1834 deixando uma riqueza negativa de - 226\$69616¹³.

Equipamentos e bens móveis embora fossem mais acessíveis aos 10% mais ricos (**Tabela 7**), eram pouco consumidos por ricos e pobres e até em proporções muito próximas. O que mais distinguia os ricos dos pobres eram os bens de raiz, cuja diferença entre os grupos econômicos, mesmo na década mais equilibrada, nunca foi menor do que 12% (**Tabela 8**). No entanto, enquanto a porcentagem de investimentos feitos em imóveis e bens de produção dos 10% mais ricos continuou mais ou menos estável do início ao meio do século, a dos demais grupos sofreu um aumento significativo. A despeito das flutuações, os 50% mais pobres e as camadas médias passaram a investir duas vezes mais em bens de raiz. Mas por que então a representatividade desses imóveis não aumenta dentro da porcentagem da riqueza total na região (**Tabela 7**)? Em geral, os bens de produção possuídos pelos menos abastados eram “porções de terra”, casas de farinha ou alambique, marinas e outros que, embora importantes na composição da riqueza de tais grupos, não possuíam grande valor como os engenhos, fazendas e termos de salinas possuídos pelos mais ricos.

À procura do capital

Segundo Barickman, a montagem de um engenho durava de quatro a oito anos (2003, p. 77). Essa demora acontecia porque a agroindústria era um empreendimento que dependia de muitos fatores. Era necessário ter um bom número de escravos, terras – sendo que estas não podiam ser de qualquer qualidade, pois a cana necessita de solo rico

¹³ Inventário de Domingos José Lopes (AGJSE, EST/2º Ofício, cx. 502, 1834).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

em água, como o massapê –, animais para o transporte e moagem, lenha e equipamentos. A menos que tais ativos fossem adquiridos por herança, era necessário recorrer ao mercado para adquiri-los.

No caso dos escravos, vimos que em Sergipe a época mais propícia à compra, vista sua distribuição mais igualitária entre os proprietários, foi a década de 1840, quando o mercado ficou inundado pelos escravos transportados às pressas por medo da supressão total do tráfico na década de 1830. Em relação às terras, de 1822 a 1855, temos a completa ausência de qualquer legislação fundiária que regulamente seu aceso. Nesse intervalo de tempo – e na verdade bem antes –, o acesso à terra se dava pelo simples apossamento. Para assenhorar-se de um “sítio”, “porção” ou “sorte de terras” era necessário somente derrubar as matas, erigir alguma benfeitoria e garantir que os demais reconhecessem o seu domínio, este último processo o mais difícil. As sesmarias, forma de apropriação do espaço agrário brasileiro até 1822, consistiam na doação de vastas dimensões de terras a particulares com cabedal para explorá-las, das quais para ter a confirmação da posse era necessário provar o aproveitamento.

Sendo assim, a época de maior dinamismo econômico em Sergipe também foi a época ideal para a montagem de novos engenhos. Em nossa amostra, identificamos 81 pessoas que declararam engenhos entre seus bens. No entanto, muitos destes eram possuídos em conjunto com herdeiros, não sendo possível identificar a relação entre o inventariado e a propriedade. Ele poderia ter um quinhão no local, mas não estar envolvido nos negócios, ser um plantador de canas e somente fornecer matéria-prima ou até mesmo ser responsável pelo cultivo de gêneros para o abastecimento da unidade produtora (PEDROZA, 2011, p. 186). Sendo assim, optou-se por trabalhar somente com aqueles que declararam ser inteiramente donos da propriedade ou senhores dela apesar da posse em comum. A **Tabela 9** apresenta alguns dados por década sobre tais propriedades. A partir dela fica clara a excentricidade da década de 1810: enquanto que nas demais os números não passam de 13 proprietários e 28 propriedades, na década de 1810 temos, respectivamente, 26 e 60.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Tabela 9: engenhos e proprietários por década.

| <i>Década</i> | <i>Proprietários</i> | <i>Engenhos</i> | <i>Valor Médio</i> | <i>Valor do Total</i> | <i>% dos bens de raiz</i> |
|---------------|----------------------|-----------------|------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1800 | 13 | 28 | 50,38 | 1.409,44 | 13% |
| 1810 | 26 | 60 | 113,10 | 6.786,19 | 15% |
| 1820 | 8 | 10 | 472,01 | 4.720,13 | 15% |
| 1830 | 3 | 16 | 348,50 | 5.576,07 | 16% |
| 1840 | 5 | 7 | 576,05 | 4.032,33 | 8% |
| 1850 | 6 | 6 | 1.678,58 | 10.071,48 | 13% |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Sabemos que em 1823 havia em Sergipe 343 unidades produtoras de açúcar. No entanto a abundância no número de propriedades existentes na província não tem uma relação direta com o número de engenhos declarados nos inventários, pois como já dissemos, tal documentação só era deixada por falecidos que cumpriam uma série de quesitos legais. Não obstante se percebe uma valorização no preço médio da propriedade, seguindo a tendência de valorização dos bens de raiz já discutida. De 1810 a 1850, os engenhos passam por uma valorização de 3300%. Algo curioso, e que foge das informações apresentadas por outras fontes, é que cerca de 50% desses proprietários não residiam na Cotinguiba, mas sim na região de Estância. Para melhor entendimento de quem eram esses senhores montamos a **Tabela 10** com a composição da riqueza do grupo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Tabela 10: composição da riqueza dos senhores de engenho.

| | <i>Valor (em mil reis)</i> | <i>%</i> |
|-------------------------|----------------------------|----------|
| <i>Total</i> | 737.105.450 | 100,00% |
| <i>Escravos</i> | 249.691.334 | 33,90% |
| <i>Bens de Raiz</i> | 376.455.674 | 51,10% |
| <i>Rebanho</i> | 49.787.289 | 6,80% |
| <i>Equipamentos</i> | 6.370.270 | 0,90% |
| <i>Bens Móveis</i> | 13.133.359 | 1,80% |
| <i>Produção</i> | 17.301.141 | 2,30% |
| <i>Estoques</i> | 0 | 0,00% |
| <i>Dinheiro</i> | 998.300 | 0,10% |
| <i>Dívidas Ativas</i> | 23.368.083 | 3,20% |
| <i>Dívidas Passivas</i> | 62.316.341 | 8,5% |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se que os senhores de engenho, como é de se esperar, possuíam uma riqueza muito próxima da riqueza dos 10% mais ricos, com a maior parte dos investimentos em terras e escravos. No entanto, ainda que fizessem parte do escol econômico tinham uma maior porcentagem do patrimônio composto pelos bens de raiz, pois os engenhos eram sem dúvida o tipo de imóvel mais valioso. Logo após, vinham os escravos, mão de obra essencial no plantio, corte e moagem das canas, e, em terceiro lugar o rebanho, força motriz dos engenhos, já que segundo Maria da Glória de Santa Almeida até 1870 a maior parte dos engenhos em Sergipe eram trapiches, ou seja, movidos por bois de fábrica (1993). Algo surpreendente é que os senhores sergipanos não eram grandes emprestadores de dinheiro como pensávamos. Nem mesmo 4% da riqueza corresponde aos créditos fornecidos por esse grupo socioeconômico. No entanto, mais de 8% da riqueza total estava comprometida por dívidas a pagar. Na tentativa de testar a hipótese apresentada pela historiografia de que os engenhos sergipanos do século XIX foram montados com o capital baiano, montamos as tabelas a seguir que mostra as relações econômicas de Sergipe e Salvador, Cidade da Bahia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Tabela 11: Dívidas com a Cidade da Bahia registradas em inventários sergipanos, valores em mil-réis.

| <i>Década</i> | <i>Dívidas ativas (a receber)</i> | | | <i>Década</i> | <i>Dívidas passivas (a pagar)</i> | | |
|---------------|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------|---------------------------------------|-------------|-------------|
| | N de créditos | Valor médio | Valor total | | N de débitos | Valor médio | Valor total |
| 1800 | 2 | 465.635 | 931.269 | 1800 | 14 | 105.166 | 1.472.318 |
| 1810 | 4 | 35.600 | 142.400 | 1810 | 14 | 402.472 | 5.634.613 |
| 1820 | 5 | 148.448 | 742.238 | 1820 | 20 | 298.636 | 5.972.715 |
| 1830 | 2 | 89.284 | 178.568 | 1830 | 35 | 357.290 | 12.505.165 |
| 1840 | 5 | 787.044 | 3.935.221 | 1840 | 16 | 477.046 | 7.632.730 |
| 1850 | 10 | 210.398 | 2.103.982 | 1850 | 25 | 2.362.185 | 59.054.622 |
| Total | 28 | 286.917 | 8.033.678 | Total | 124 | 744.130 | 92.272.163 |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 12: Dívidas dos senhores de Engenho com a Cidade da Bahia.

| <i>Tipo</i> | <i>N</i> | <i>Valor médio (em mil-réis)</i> | <i>Valor Total (em mil-réis)</i> |
|-------------------------|----------|----------------------------------|----------------------------------|
| Dívidas Ativas | 83 | 486.421 | 23.951.043 |
| Dívidas Passivas | 194 | 980.683 | 49.357.571 |
| Total | 277 | 870.381 | 73.308.614 |

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se o alto índice de endividamento com a Bahia por todo período em tela. Sergipe é deficitário em relação a Salvador tanto em número de créditos fornecidos quanto em valores. A década em que Sergipe mais se aproxima da equidade é a década de 1840, em que também experienciou um menor Índice de Gini. No caso dos senhores de engenhos,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

86% do capital usurário era relacionado a Salvador, mas somente 3 foram identificados como naturais de alguma região da Bahia.

Conclusões

A dinâmica econômica revelada pelos inventários abertos em Sergipe de 1800 a 1840 mostrou que, no início do século, a capitania era agropastoril, com terras, escravos e rebanhos sendo os principais ativos econômicos, mas que em meados do Oitocentos a agricultura passou a ser conjugada ao sistema mercantil, ficando a pecuária como atividade secundária. Tal inversão econômica gerou uma dinamicidade que pôde ser aproveitada por diferentes grupos sociais, gerando índices de desigualdade mais amenos, pós independência até a supressão do tráfico, em 1850.

Nesse ínterim de três décadas, havia escravos em abundância no mercado e as terras podiam ser adquiridas com maior facilidade, graças a ausência de regulamentos legais. Sendo assim, temos nas primeiras décadas do Império Brasileiro uma sociedade menos desigual que a de fins do período colonial e segunda metade do XIX, mas que experienciava essa equidade com base no sofrimento humano causado pela escravização e no apossamento ilegal de terras.

Ao que parece, os senhores de engenho que surgiram nesse momento, foram agentes econômicos que se aproveitaram desse fato, já que tais categorias de bens lhes eram as mais importantes e investiram suas economias na agroindústria. Para isso, possivelmente, contraíram débitos na Bahia, mas eram em sua maioria, sergipanos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **“A independência do solo que habitamos”**: poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2011.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial**. Leituras Brasil-Portugal. Lisboa: Revista da Biblioteca Nacional, n. 6, 17-39, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Sheyla Farias. **Homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2005. FRAGOSO, João L.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres**: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume, 2012.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org). **História Econômica da Independência e do Império**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial 2002.

MACIEL, Carlos Roberto Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2014.

MALAGUIAS, Carlos de Oliveira. O patrimônio dos mineiros depois do século do ouro: composição e dinâmica da riqueza na Freguesia de São José do Rio das Mortes – passagem do século XVIII para o XIX. In: ÁLVARO, Bruno Gonçalves; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Cultura, memória e poder**: história e historiografia. Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 119-144.

_____. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790- c. 1844. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia, século XIX**. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey – População, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral**: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PEREIRA, Ana Cláudia; MALAQUIAS, Carlos de O. **Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei**: trabalho e patrimônio durante a ascensão da lavoura açucareira. Relatório de Pesquisa. São Cristóvão, 2018, 41 páginas.

SANTOS, Anderson Pereira. **Os afortunados do ultramar**: riqueza e distinção na Cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808). Tese (Doutorado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2017.

SANTOS, Lourival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano**: estruturação e arranjos (1850-1925). São Cristóvão: UFS, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Sheyla Faria. **Homens de negócio na Estância oitocentista (1820- 1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2005.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ - 7Letras, 2007.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Perspectivas

Tendo em vista que o presente trabalho dá conta apenas do levantamento e escrutínio das fontes referentes a primeira metade do século XIX, espera-se que a coleta e tabulação de dados possam ser realizadas para as demais décadas do oitocentos, obtendo-se, assim, um panorama completo do devir econômico de Sergipe, um guia completo dos inventários disponíveis no estado para o período e uma ferramenta auxiliar de pesquisas. Espera-se também que os problemas historiográficos suscitados aqui possam ser aclarados em programa de pós-graduação, resultando em uma dissertação a respeito da ascensão da economia açucareira em Sergipe.

Outras Atividades

* Apresentação de comunicação oral no **28º Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe**, ocorrido de 5 a 9 de novembro, com publicação de resumo na **Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação** e condecoração em 2º lugar na categoria com o **Prêmio Destaque**.

* Apresentação de comunicação oral no **III Encontro Nacional do Núcleo de Estudos do Mundo Atlântico (NEMAt)** e **I Encontro Nacional do Núcleo de Estudos de Impérios Coloniais (NEIC)**, ocorrido de 12 a 14 de novembro de 2018 na Universidade Federal de Pernambuco.

* Apresentação de comunicação oral no **VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG**, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 13 e 17 de maio de 2019 com publicação de resumo no **Caderno de Programação** do evento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

* Publicação de artigo científico na **Revista Ponta de Lança**, periódico interdisciplinar do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste do Departamento de História da UFS.

* Publicação de resumo expandido nos **Anais Eletrônicos da 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**.

*Artigo aceito para publicação da **Revista Latino Americana de História**, periódico do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

* Participação como ouvinte nos minicursos **Elaborações de Slides para apresentações acadêmicas e Plágio Acadêmico**, promovidos pela Coordenação de Pesquisa da UFS, nos dias 6 e 8 de novembro de 2018.

* Participação como ouvinte no **30º Simpósio Nacional de História**, realizado em Recife de 15 a 19 de julho de 2019.